Jornal de Brasília 11/02/2007

Saúde

Minha pele, minha tela

Confira as vantagens e os riscos de se fazer uma tatuagem ou uma maquiagem definitiva

Davi Zocoli

A tatuagem e a maquiagem definitiva nada mais são do que arte e a tela para pintar, nesse caso, a pele. Com a evolução dos pigmentos e a especialização dos profissionais no País, houve um crescimento da procura por esses trabalhos, tanto por quem deseja embelezamento e até para a recuperação de cicatrizes.

O procedimento das duas técnicas é semelhante, pois ambas usam agulhas para inserir a pigmentação na pele. A tatuagem é feita na derme, camada mais interna da pele. Já para a maquiagem definitiva, existem duas técnicas, além da usada na tatuagem há ainda a dermopigmentação que atinge apenas a camada superficial da pele.

Segundo a dermopigmentadora Maristane Murta, a tatuagem fura a pele para depositar os pigmentos e, na maquiagem definitiva, tanto na técnica fio-a-fio, quanto na cheia, atuam como se 'arranhassem' o tecido. Este tipo de maquiagem busca um efeito mais natural, e ainda necessita de retoque uma vez por ano.

Análise

Para fazer a maquiagem definitiva, primeiro é feita uma análise do tipo de pele do cliente. Dessa forma, o profissional visa combinar o tom da pele e do cabelo com a cor do pigmento a ser utilizado. No caso da sobrancelha, ela é modelada com pinça e depois é feita a simulação do desenho com lápis de maquiagem.

A aplicação do pigmento é feita em duas etapas, com um intervalo de 30 dias entre elas. Esse período serve para que se avalie a resposta da pele à pigmentação e, de acordo com ela, o procedimento é concluído.

A maquiagem definitiva não fica pronta no mesmo dia. "Ela fica mais escura e forma uma crosta, que cai em cinco dias", explica Maristane Murta. As recomendações são simples: 72 horas sem molhar a área e 15 dias sem tomar sol. A sobrancelha é a a área mais procurada e sai por R\$ 430. Já os olhos variam entre R\$ 300 para delineador inferior ou superior dos olhos, ou R\$ 430, completo; contorno da boca, custa R\$ 500 e a auréola da mama fica entre R\$ 600 e mil.

Ousadia

Os tatuadores têm mais liberdade para ousar nas formas. "E na hora de escolher o desenho, é importante que o cliente veja o portifólio do profissional para conhecer seu trabalho", destaca a tatuadora Ozani Medusa. A criação pode ser feita à mão livre, ou então, previamente em uma folha de papel branco.

A segunda opção possibilita ao cliente 'experimentar' o resultado antes do trabalho. Depois de pronto, o desenho no papel branco é copiado para o vegetal com o lápis cópia. Em contato com a pele e com o uso de produto específico, o papel vegetal transfere o traçado para a área escolhida para a tatuagem.

De acordo com o tatuador Rogélio Santiago, a musculatura também influencia na tatuagem. Por isso, é importante que o cliente vá para casa com o desenho e assim possa avaliar se o trabalho é exatamente o que deseja. Diante desta decisão, ele volta ao estúdio.

Remoção impossível

Apesar de a tatuagem e a maquiagem serem definitivas, se alguém não gostou ou se arrependeu do trabalho que fez, não é possível retirá-lo, mas existem opções para tentar revertê-lo. O mais simples é cobrir o desenho com outro por cima. O laser e a cirurgia plástica podem amenizar, mas nunca retirar por completo, restando traços na pele. É preciso lembrar que os pigmentos de cor vermelha e laranja, por causa de sua composição são mais difíceis de serem removidos.

Somente maiores de 18 anos podem fazer tatuagem e maquiagem definitiva. O artigo primeiro da Lei Distrital 1.581/1997, determina a proibição de se fazer tatuagem, imprimir ou gravar desenhos sobre o corpo de menores de 18 de idade, sem autorização escrita dos pais ou responsáveis.

A tatuagem e a maquiagem definitivas são trabalhos delicados que envolvem <u>saúde</u>. Dessa maneira, para garantir um trabalho bem-feito e higiênico, é preciso também consciência por parte dos clientes para exigirem qualidade e limpeza. O material crítico, que perfura, como agulhas e lâminas deve ser todo descartável. Objetos como pinças, ponteiras e bandejas, considerados semi-críticos, precisam ser esterilizados em autoclave.

Proteção

Já o uso de luvas descartáveis, óculos de proteção, máscara e avental, evita que possíveis respingos atinjam as mucosas do profissional. No final, o material descartável dever ser alocado em lixo específico para garantir ainda a segurança dos lixeiros. Todos os cuidados evitam a contaminação e a transmissão de vírus como o da hepatite B e o HIV.

Com relação aos desenhos, "não existe moda, afinal as tatuagens são definitivas, mas cada época é marcada por tendências ", afirma Santiago. E depois que a tatuagem está pronta, são necessários alguns cuidados: o primeiro é usar pomada cicatrizante. Não é necessário curativo e quando a 'casca' se formar, ela não pode ser arrancada.

Sauna, piscina e banho quente demorado, assim como atividades físicas devem ser evitadas. A exposição ao sol é proibida nas primeiras duas a três semanas. Depois, somente com protetor solar.

Traço mais definido

Não satisfeita com a sobrancelha natural, que apresenta muitas falhas, a servidora pública Ana Karina Rocha recorreu à maquiagem definitiva para ter um traço mais definido. Ela conta que sempre elogiava a sobrancelha da amiga que havia feito o trabalho.

Neste ano, Ana Karina tomou a decisão de fazer a primeira maquiagem definitiva. A servidora gostou muito do trabalho e diz que anda recebendo vários elogios: "Já me pararam na rua para perguntar onde eu fazia minha sobrancelha, sem perceber que fiz a definitiva".

Há dez anos, a aposentada Susana Resende fez a maquiagem definitiva da sobrancelha pela primeira vez. Entretanto, com o passar dos anos, por causa da pele que perdeu elasticidade, o traço acabou abaixando. Susana não estava satisfeita e resolveu refazê-la, mas só ficou satisfeita depois do terceiro profissional que procurou.

Boca e olhos

Além da sobrancelha, ela fez ainda o contorno dos olhos e da boca. Susana não se importa de fazer o retoque todo ano, e já se acostumou com a dor. "A sobrancelha é

a mais tranqüila, o olho é rápido porque o traço é fininho, mas a boca é, certamente, a área que dói mais", revela a aposentada.

Não é fácil decidir um desenho que ficará na pele para o resto da vida. Quando tinha 15 anos, o estudante Carlos Eduardo Oliveira queria muito fazer uma tatuagem. "Escolhi um tribal nas costas para que minha mãe não descobrisse", conta Oliveira.

Dez anos depois, o estudante está refazendo a primeira tatuagem porque o desenho não lhe agrada mais. Já fez também a segunda, uma imagem de lemanjá no braço direito. "Essa eu pensei melhor, ela tem um significado, a proteção", destaca Oliveira. Para quem pensa em fazer uma tatuagem, mas tem medo da dor, ele desmente quem diz que não dói. Entranto, Carlos Eduardo garante que o resultado vale a pena.

Normas da *Anvisa*

Em virtude do aumento do número de tatuagens e maquiagens definitivas feitas no País, a Agência Nacional de <u>Vigilância Sanitária</u> (<u>Anvisa</u>) elaborou regulamento técnico para registro de produtos utilizados no procedimento de pigmentação artificial permanente da pele ou tatuagem definitiva.

A regulamentação ainda não está em vigor. É necessário passar por um processo que, após divulgação em 22 de novembro, passou por consulta pública durante um mês. Em seguida, as considerações apresentadas são avaliadas pela *Anvisa* para então ser publicada.

De acordo com o gerente de Tecnologia de Materiais de Uso em <u>Saúde</u> da <u>Anvisa</u>, Walfredo Calmon, a previsão é que o regulamento entre em vigor no primeiro semestre de 2007. A partir daí, os fabricantes e importadoras terão 90 dias para se manifestarem e enviarem as especificações para a <u>Anvisa</u>.

Depois de 180 dias da publicação do regulamento, os estabelecimentos que oferecem os serviços de pigmentação definitiva da pele precisam apresentar os produtos de acordo com as normas da *Anvisa*. Esses estabelecimentos já são fiscalizados pela *Vigilância Sanitária* nos quesitos de assepsia e esterilização. Entretanto, segundo a inspetora de Atividades Urbanas da *Vigilância Sanitária*, Graça Brito, ainda falta respaldo legal para completar a fiscalização e checar a pigmentação e os recipientes que são utilizados nesses processos.

Otimismo

Os profissionais que trabalham com pigmentação e tatuagem estão otimistas com relação à nova resolução da *Anvisa*. "Ela é importante para garantir a qualidade dos pigmentos", comenta o tatuador Rogélio Santiago. E a dermopigmentadora Maristane Murta completa: "É uma quetão de segurança nossa e do cliente".

A <u>Vigilância Sanitária</u> garante que a fiscalização será realizada. "É mais uma norma incluída na nossa rotina de trabalho", explica Graça Britto. A tatuadora Ozani Medusa aponta também para a questão da regularização da profissão, um componente fundamental para efetivar a fiscalização. "Com essa medida, seria garantida não somente a higiende e segurança dos estúdios, que são muito importante, como também a qualidade do serviço oferecido".

Serviço Maristane Murta dermopigmentadora

Tel: 3248-4747/9963-1026

Rogélio Tattoo Tel: 3443-1106 Medusa Tattoo Tel: 3340-5669

Revista IstoÉ 11/02/2007

Ciência

A ciência sob pressão

Vítimas do conhecimento que acumulam, pesquisadores são perseguidos no Brasil e no exterioR, enfrentando uma guerra contra seus direitos individuais

Por Júlio Wiziack

Única brasileira a receber o prêmio Manuel Velasco-Suarez, a mais alta honraria concedida pela Organização Panamericana de <u>Saúde</u> (<u>Opas</u>), a antropóloga Débora Diniz nem teve tempo para comemorações. Foi demitida da Universidade Católica de Brasília, onde lecionava, no mesmo dia em que colocou a mão no troféu concedido por seu trabalho na área de medicina fetal. O episódio, ocorrido há cinco anos, ganhou repercussão internacional, especialmente depois que a Pró-Vida, uma organização ligada à Igreja Católica, começou uma campanha contra a pesquisadora, a quem chamava de "a abortista". Desde então, Débora teve de trocar quatro vezes o número de seu telefone e perdeu a conta das ameaças que recebeu (uma delas foi de morte). Depois de anos exigindo retratações, a especialista chegou no início deste ano à mais alta instância do Judiciário. Sua ação por danos morais corre no Supremo Tribunal Federal (STF). A justificativa: o desrespeito à liberdade de cátedra.

Criada na Alemanha por volta de 1830, a cátedra é um sistema que garante a um professor universitário autonomia de pesquisa, independentemente do local onde trabalha. Na prática, isso significa que ele não pode ser demitido nem pressionado para mudar sua linha de estudo. "A idéia é preservar a produção do conhecimento, livrando a ciência dos conflitos de interesse", diz Flávio Edler, presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC).

No Brasil, os problemas começaram a surgir em universidades particulares, principalmente as confessionais - nome dado às instituições ligadas a grupos religiosos. Nesses centros são grandes as chances de censura sempre que os dogmas seculares entram em xeque. Foi o que aconteceu com Débora Diniz, cujos estudos comprovaram os benefícios do aborto para as mulheres em casos de má-formação fetal. Consultada por ISTOÉ, a reitoria da Universidade Católica de Brasília não se pronunciou até o fechamento da edição.

Mas esse silêncio tem prazo de validade. A ação que chegou ao STF promete abrir uma discussão pioneira. Afinal, universidades e centros de pesquisa confessionais recebem boa parte dos recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para se ter uma idéia, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Rio Grande do Sul recebem juntas 4% das verbas liberadas pelo CNPq. É mais do que ganham a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, núcleos fundamentais para o desenvolvimento do Norte e do Nordeste.

Evidentemente, a solução não é a limitação das verbas para os núcleos religiosos de pesquisa. O crucial é garantir que eles mantenham seus preceitos bem longe dos laboratórios. Além disso, quem decide pagar por um curso universitário nessas escolas está em busca de conhecimento científico, puro e simples. É o que mostra um levantamento da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais segundo o qual menos de 2% dos universitários escolheram a instituição levando em conta a orientação religiosa.

A violação da liberdade científica também ocorre em universidades e agências de pesquisa públicas. Chefe do Centro de Assistência Toxicológica (Ceatox) do Hospital das Clínicas de São Paulo, o infectologista Anthony Wong fez um alerta recente aos riscos oferecidos pelos remédios contra dor de cabeça, como o Tylenol. Para ele, o excesso do medicamento aumenta as chances de falência do fígado, podendo levar à morte. Segundo o hospital, o laboratório Aché encaminhou uma carta sugerindo a censura ao especialista devido ao tom alarmista de suas declarações. Wong, cujo trabalho é reconhecido internacionalmente, foi submetido a uma investigação, mas o rigor de seus estudos falou mais alto: "Minhas opiniões foram comprovadas cientificamente por meus colegas."

Na Universidade de São Paulo (USP), o farmacologista Gilberto De Nucci comprou briga ao afirmar que pelo menos 80% dos remédios em circulação são ineficazes: "Eles servem para alguma coisa, mas não exatamente ao que se propõem." Pioneiro na bioequivalência, área que realiza testes de eficiência dos *genéricos* antes de chegarem às farmácias, De Nucci teve um de seus laboratórios fechado no final do ano passado pela Agência Nacional de *Vigilância Sanitária* (*Anvisa*). Segundo os laudos oficiais a que ISTOÉ teve acesso, normas para a compra de *medicamentos* não foram seguidas. Mas no centro desse imbróglio residem conflitos de interesse entre a USP, que abrigava o laboratório, empresas farmacêuticas, a *Anvisa* e o próprio De Nucci.

Em Mato Grosso do Sul, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente encomendou a um grupo de especialistas da Universidade Federal e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a análise do relatório de impacto ambiental da siderúrgica EBX, que está sendo instalada pelo empresário Eike Batista em Corumbá. Coordenados pela bióloga Débora Calheiros, os peritos descobriram, em meados de 2006, que o empreendimento, da forma prevista originalmente, causaria acúmulo de mercúrio, um metal pesado e cancerígeno. No dia da audiência pública marcada para a discussão do projeto, uma rádio de Corumbá pediu que os moradores espantassem os ambientalistas à bala. O caso foi parar na Justiça. "Voltamos à era das perseguições inquisitórias", diz Débora.

Existem ainda os cientistas que trabalham monitorados em tempo integral porque lidam com áreas estratégicas. No final de 2005, um especialista da Embrapa, que aceitou conversar com ISTOÉ sob condição de sigilo, foi chamado ao Gabinete de Segurança Institucional, em Brasília. Lá, entregaram-lhe uma pasta confidencial contendo uma investigação sobre sua vida pessoal e profissional. "Disseram que poderiam ajudar ou atrapalhar minhas pesquisas", diz. "Fiquei constrangido." Hoje ele trabalha para os militares e não pode dar detalhes do projeto do aeromodelo pilotado via satélite que escapa de radares.

Atual presidente da Eletronuclear, o almirante reformado Othon Luiz Pinheiro da Silva foi o engenheiro que projetou a centrífuga brasileira de enriquecimento de urânio nos anos 80. Seu maior segredo, ainda mantido sob sete chaves, reside numa tecnologia que usa um campo magnético para fazer as engrenagens da máquina girarem sem atrito, resultando numa economia de energia. Em 1994, ele teve seu telefone residencial grampeado e o apartamento bisbilhotado por um espião americano que se mudou para o prédio onde o engenheiro morava. "Isso quase causou um incidente diplomático", diz. Por isso, Othon passou a adotar a política do isolamento: "Só falo de trabalho com meus funcionários." Essa também é a estratégia de Cláudio Rodrigues, diretor do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Para profissionais como esses, a pena por vazar segredos científicos é a prisão.

Nos EUA, a pressão do Estado toma conta dos laboratórios desde julho de 2006, quando o presidente George W. Bush determinou que todos os estudos fossem revisados antes da publicação. Um levantamento feito pela Union of Concerned

Scientists (UCS) mostrou que a política do "cala a boca" já afeta oito das agências que fazem estudos ambientais e outras cinco da área de <u>saúde</u>. No FDA, órgão responsável pela liberação de <u>medicamentos</u>, 18,4% dos cientistas afirmaram ter feito "correções" em suas pesquisas. No Congresso americano, os deputados tentam aprovar uma legislação que restabeleça a integridade científica. No Brasil, a comunidade acadêmica ainda aguarda uma lei que acabe de vez com essa pressão

Folha de Pernambuco (PE) 11/02/2007

Economia

Planos de *saúde* podem subir 8% em maio

Depois de brincar o Carnaval, o brasileiro se depara com uma "dor-de-cabeça": o reajuste dos *medicamentos*, em março. O público mais atingido é o aposentado. De acordo com estudos da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Organização Pan-Americana de *Saúde*, 86,7% dos idosos utilizam algum medicamento.

No ano passado, o aumento concedido pela Câmara de Regulação do Mercado de <u>Medicamentos</u> (CMED) foi de até 5,51%. De acordo com a assessoria de Imprensa da Agência Nacional de <u>Vigilância Sanitária</u> (<u>Anvisa</u>), ainda não há dados para a formulação da base de cálculo para a alta deste ano.

Os fatores que influenciam o aumento são: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a produtividade dos laboratórios e indústrias de <u>medicamentos</u>, o ajuste de preços relativos entre setores calculado com base na variação dos custos dos insumos e, por último, o ajuste de preços relativos intra-setor calculado com base no poder de mercado.

Ainda na área de <u>saúde</u>, o consumidor deve estar atento aos reajustes dos planos. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge-PE), Flávio Wanderley, a especulação do mercado é de que o incremento ficará em torno de 8%, seguindo o mesmo patamar do ano passado, quando se fixou em 8,89% para os contratos individuais novos assinados a partir de 1999.

"Se fizermos um raciocínio sobre o custo da inflação médica, o reajuste não deverá ultrapassar o valor de um dígito. Se olharmos para trás, nos últimos cinco anos, a variação de custo não foi muito diferente do ano passado", explicou.

De acordo com a gerente-geral econômica e financeira dos produtos da Agência Nacional de <u>Saúde</u> Suplementar (ANS), Mônica Nigri, o cálculo para o reajuste é a média ponderada de todos os reajustes coletivos com mais de 50 clientes (vidas).

Folha de Pernambuco (PE) 11/02/2007

Brasil

Biotecnologia será desenvolvida

Nova política do setor permitirá a exploração da biodiversidade brasileira

BRASÍLIA (ABr) - Dono de um quinto da biodiversidade mundial, o Brasil ganhou na última quinta-feira uma ferramenta para tirar proveito econômico, social e ambiental das cerca de 200 mil espécies de plantas, animais e microorganismos registradas no País. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou decreto que cria o Comitê Nacional de Biotecnologia e institui uma política específica para o setor. Segundo o governo, a nova política permitirá investimentos de R\$ 10 bilhões em biotecnologia no Brasil nos próximos dez anos. Desse total, 60% viriam de recursos públicos, tanto do Orçamento Geral da União como do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) e de fundos destinados a investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia. Os 40% restantes viriam de parceiros privados.

Quatro setores receberão investimentos: <u>saúde</u>, agropecuária, indústria e meio ambiente. "O que o governo fará é identificar a demanda e criar ferramentas para transformar o conhecimento acumulados nas universidades em produção industrial", explicou o secretário de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Antônio Sérgio Martins Mello. Com 17 membros de diversas esferas do Governo Federal, o Comitê Nacional de Biotecnologia vai gerenciar a política pública para a área e definir as prioridades. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, o comitê é composto por representantes da Casa Civil e de mais sete ministérios: <u>Saúde</u>, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Meio Ambiente, Educação, Desenvolvimento Agrário e Justiça.

Também integram o comitê órgãos ligados ao desenvolvimento de pesquisas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Instituições que ajudarão a financiar os projetos, como o BNDES e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) também farão parte do comitê. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e a Agência Nacional de *Vigilância Sanitária* (*Anvisa*) são os demais integrantes.

O comitê vai trabalhar em conjunto com o Fórum de Competitividade em Biotecnologia. Formado por representantes do governo, da sociedade, da comunidade acadêmica, das indústrias e dos trabalhadores, o fórum existe desde o final de 2004 e desenhou o modelo de produção biotecnológica brasileira. Nesse período, foram realizadas 54 reuniões que resultaram em dez estudos aprofundados sobre as áreas com maior potencial de desenvolvimento. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia (Abrabi), o faturamento anual do setor no país está estimado entre R\$ 5,4 bilhões e R\$ 9 bilhões. Dos 28 mil postos de trabalho gerados, 84% estão em micro e pequenas empresas. "A gente quer constituir um parque industrial competitivo e capaz de aumentar a participação brasileira no comércio internacional", explica Mello.